

# LITERATURA COMO MÉTODO NA HISTÓRIA DAS CIDADES: “ESCREVIVÊNCIA”, ORALIDADE E EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

## LITERATURE AS A METHOD FOR URBAN HISTORY: *ESCREVIVÊNCIA*, ORALITY, AND RESEARCH EXPERIENCES

### **Amália Cristovão dos Santos**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de São Paulo (USP). Professora e pesquisadora na Escola da Cidade.

*E-mail:* amaliasantos@gmail.com

**Resumo:** Desde o início do século XX, o campo da história depara-se com um conjunto de questionamentos sobre a posição dos grupos subalternizados na historiografia. Noções como história “de baixo para cima”, dos “comuns”, dos “desclassificados” e outras emergem, em produções que circunscrevem diversos objetos e recortes, como caminhos em direção a uma construção que não reproduza mecanismos de colonialidade de saber e hierarquias de poder baseadas em classe, gênero, origem e racialização. Na esfera da história das cidades, têm entrado em cena territórios e materialidades antes considerados, em relação à cidade burguesa moderna, resquícios indesejáveis de ordens e modos de vida superados, como terreiros, quintais e favelas, ou seja, principalmente lugares em que vigoram lógicas de produção e sociabilidade afrodiaspóricas. Dentro do sistema das dicotomias modernas, esses locais – as “margens” – são vistos principalmente por meio das suas ausências, isto é, daquilo que não possuem em relação ao referencial da cidade burguesa moderna – entendida como o “centro”. O presente artigo busca contribuir para os desdobramentos historiográficos recentes, por meio do estabelecimento de um diálogo com a produção literária de mulheres negras, especificamente com o conceito de “escrevivência”, delineado por Conceição Evaristo e discutido aqui a partir de experiências de pesquisa com estudantes de graduação. O balanço provisório desses trabalhos permite entrever possibilidades de transformação epistemológica em relação aos métodos de investigação e à posição de sujeitos marginalizados na produção de conhecimento acerca das cidades. Por meio de uma produção da história articulada entre o meio acadêmico e os agentes sociais, é possível erigir léxicos próprios para a compreensão dos territórios subalternizados, que não se limitem majoritariamente a nomeá-los como problemas a serem saneados, e sim que lhes confirmem historicidade, legitimidade e subjetividade.

**Palavras-chave:** História das cidades. Conceição Evaristo. Escrevivência. Territórios negros. Oralidade.

**Abstract:** Since the beginning of the 20th-century, historians have been facing a number of questionings concerning the position of subaltern groups in historiography. Notions such as history “from below”, of the “commons”, and similar ones emerge, in a diversity of studies, as pathways to a writing that does not reproduce mechanisms of knowledge coloniality (*colonialidade de saber*) and power hierarchies based upon class, gender, origin, and race. In urban history, territories and materialities understood before only as undesirable traces of outdated social orders in the face of bourgeois modern cities have recently gained attention: *terreiros*, *quintais*, and *favelas* (slums), i.e. territories of aphrodisporic construction and sociability. In the midst of the modern dichotomies, these places – the “margins” – are seen primarily through the absence of elements from the modern bourgeoisie city – considered the “center”. The following paper aims to contribute to recent historiographic developments, by proposing a dialogue with black women’s literature, specifically through *escrevivência*, a concept created by Conceição Evaristo, which will be discussed based on research experiences lead on by undergraduate students. The partial conclusions from these works allows us to glimpse at epistemological changes concerning research methods and marginalized group’s positions in producing urban studies. By the production of a history that articulates academia and social actors, it becomes possible to construct particular lexicons suitable to understanding subaltern territories, not mainly naming said places as problems in need of solving, but to grant its historicity, legitimacy, and subjectivity.

**Keywords:** Urban history. Conceição Evaristo. *Escrevivência*. Black regions. Orality.

“Ó paz infinita, poder fazer elos de ligação  
numa história fragmentada.”  
(Beatriz Nascimento, *Ôri*, 1989)

## **APRESENTAÇÃO: A DESQUALIFICAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E SEUS APAGAMENTOS**

Ao buscar circunscrever os domínios dos estudos do imaginário, Sandra Pesavento (1995) recompõe a trajetória de separação entre esse campo e o saber racional e científico no pensamento ocidental. Segundo a autora, desde Descartes, “O saber científico, única fonte do conhecimento, deveria se despojar da imaginação deformadora. Não é por acaso que, no senso comum, o imaginário aparece como algo inventado, [...] ‘não sério’, porque não científico” (Pesavento, 1995, p. 11). É no século XX, no processo de desencantamento do meio acadêmico e intelectual com o racionalismo, que se inicia uma guinada rumo à “nova história cultural”, abarcando objetos antes deslegitimados nos estudos científicos, tais como mentalidades e representações – incluindo entre suas formas de manifestação a literatura (Le Goff, 1994; Patlagean, 2001).

No presente artigo, proponho o diálogo entre a literatura produzida a partir da experiência e oralidade de mulheres negras – majoritariamente, por meio da noção de “escrevivência”, desenvolvida por Conceição Evaristo – e o campo da história das cidades. Conjugando reflexões teóricas e experiências didáticas, lanço especial interesse nas possibilidades dessa articulação em relação à problematização e subversão de categorias homogeneizantes e hierárquicas normalmente utilizadas nos estudos urbanos, como “áreas irregulares”, “áreas informais”, “áreas subnormais” e outras, referentes a territórios produzidos e habitados por populações principalmente pobres, não brancas e marginalizadas. Tomando Lélia Gonzalez (2020, p. 247) como referência, pode-se afirmar que tal nomenclatura fundamenta-se na hegemonia cultural eurocêntrica, formativa da sociedade brasileira:

É interessante percebermos que no nosso país, cultura, por exemplo, segundo essa perspectiva de classe e da raça dominante e do sexo, é importante dizer, é tudo aquilo que diz respeito à produção cultural ocidental. Já a produção cultural indígena, ou africana, ou afro-brasileira é vista segundo a perspectiva do folclore, seja como produção menor ou produção artesanal, mais ou menos nessa produção entre arte e artesanato.

É possível estabelecer um paralelo entre a “perspectiva do folclore” e o olhar científico sobre as cidades, que classifica regiões como as favelas a partir daquilo que não possuem em relação às áreas consideradas “regulares”. Análises históricas articulando questões de classe, raça e gênero têm capitaneado transformações significativas no olhar para o território, como é o caso dos debates acerca das definições de “bairros negros” ou “territórios negros”, que datam das últimas décadas. Maria Estela Ramos (2013, p. 193) define bairro negro a partir de “critérios históricos, culturais, políticos e econômicos tendo como principal enfoque o eixo das africanidades e afrodescendências”. Em sua reflexão, a literatura urbanística teria sistematicamente homogeneizado esses territórios por meio do uso da classificação de “bairros populares”, que apaga o aspecto racial e mesmo as diversas historicidades constitutivas dessas áreas. É o que a autora denomina como “cultura negra”, que deve ser o ponto de partida para a construção do recorte socioespacial do bairro negro:

O bairro negro é decorrente de uma história coletiva que explora possibilidades de uma criação autônoma pela forte expressão cultural afro-brasileira, embora condicionada aos contextos brasileiros. Entendemos o bairro negro também como um território construído a partir dos saberes

dos moradores fundadores, que construíram, de certa forma, com êxito, estratégias de solidariedade e de relações sociais (Ramos, 2013, p. 194).

Tal definição associa os bairros negros tanto à condição de resistência como à de criação, ou seja, não apenas como uma resposta à cidade formal. Henrique Cunha Jr. (2020), figura central na formulação desse conceito e em sua operacionalização como categoria de estudo, ensino e aprendizagem, debruça-se sobre a formação das ciências sociais no Brasil, circunscrevendo os processos e as hegemonias que retiraram a questão racial do foco analítico. Para o engenheiro e historiador, a adoção de enquadramentos conceituais como “população negra” não exclui a classe do cerne do exame, e sim reconhece a centralidade da raça na própria constituição do capitalismo brasileiro e, assim, das suas cidades. Os bairros ou territórios negros carecem, portanto, de formulações teóricas, conceituais e históricas e de instrumentos de análise próprios de seus processos de formação (Rolnik, 1989). Esse procedimento pode ser observado em trabalhos recentes, que partem do estudo das configurações próprias dos territórios negros para, a partir daí, estabelecer suas análises e construir a história desses recortes – reconfigurando, assim, o próprio panorama da história das cidades como um todo.

Nesse campo, têm sido particularmente frutíferas as entradas de pesquisa que articulam diretamente estudiosas/os e agentes produtores de territorialidades e memórias. Campos como a história oral (Bosi, 1987; Thompson, 1992; Meihy, 2005) e a história pública (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016) incidem sobre a questão da ausência ou escassez de fontes tradicionais para o estudo desses recortes socioespaciais, além de priorizarem o reconhecimento dessas populações como sujeitos de suas histórias, e não meros objetos de investigação, resquícios ou anomalias em relação à chamada cidade formal e aos espaços da branquitude. Na fronteira entre produção acadêmica e extroversão artística, destaco o trabalho recente de Gabriela Leandro Pereira e Mariana Leandro Pereira (2022), apresentado na 13ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, em que as pesquisadoras e irmãs lançam o olhar para a própria família, negra, e problematizam as definições de quais são os agentes, os processos, as materialidades e as territorialidades que compõem a história da cidade e da arquitetura, em seus modelos canônicos.

A obra, intitulada *O fabuloso inventário das obras do meu avô* (Pereira; Pereira, 2022), partiu de aproximações realizadas com os dois avôs das proponentes, João Carlos Pereira e Gumercindo Ruge da Silva, que trabalharam como marmorista e cavouqueiro, respectivamente. Por meio de entrevistas com os dois e outros parentes, Gabriela e Mariana buscaram recompor suas trajetórias, entremeando questões familiares, profissionais e urbanas. Foi central também o questionamento do próprio fazer historiográfico, seja pelo exame crítico da branquitude que fundamenta a literatura especializada ou pela reunião de materiais que poderiam compor novos acervos para pesquisas

semelhantes, enfrentando diretamente os silenciamentos aos quais essas populações estão submetidas em relação às fontes tradicionais da pesquisa histórica.

Articulado às questões em torno da ausência de fontes e acervos que escapem à reafirmação da desqualificação e da violência experienciada por populações subalternizadas, está o problema do lugar do qual emergem as pesquisas e os discursos sobre a cidade. Gabriela Leandro Pereira (2015), em sua tese de doutorado, ressalta a condição frequente dos grupos marginalizados como objetos de estudo, analisados por agentes que se posicionam na qualidade de alteridade e que lançam sobre aqueles suas hierarquias e classificações: em outras palavras, “os sujeitos negros são falados [nas pesquisas acadêmicas] muito mais do que falam” (Guimarães-Silva; Pilar, 2019, p. 38). De modo a enfrentar essa limitação, a autora introduz a obra de Carolina Maria de Jesus com vistas à formulação de outras percepções sobre a cidade, construídas a partir de suas narrativas e de seu corpo em movimento (Pereira, 2015, p. 52).

A escritora mineira Conceição Evaristo ancora-se justamente em sua condição de classe, raça e gênero, para erigir uma escrita marcada pela experiência de vida, individual e da coletividade da população negra, no que ela própria define como “escrevivência”. Em sua literatura, “real” e “ficcional” são entremeados na construção de uma fabulação que parte da vida do indivíduo negro e é por ele próprio narrada.

A escrevivência articula em seu bojo uma dialética estratégica entre escrita e experiência. Estratégica, justamente porque se destina a enunciar tessituras de sujeitos que têm sido mantidos em silêncio, e cujas experiências não são vertidas em arquivo – permitindo o sono tranquilo dos “da casa-grande”. E também porque gera um espaço de reflexão sobre o fundamento da escrita na organização subjetiva das mulheres negras (Miranda, 2019, p. 190).

Assim, Evaristo coloca em questão o direito de os grupos subalternizados criarem as próprias histórias e histórias, serem sujeitos e não objetos, libertarem-se, entre outras coisas, da violência e do silenciamento dos arquivos, dos registros e das terminologias oficiais. A autora é interlocutora declarada da produção do conhecimento histórico. Mais ainda, é uma questionadora da história canônica, oficial, tradicional, portanto branca, patriarcal e urbana: “Discurso ficcional chega justamente cobrindo certa lacuna. O que a história não nos oferece – estou falando a história, a ciência –, o que a história não nos oferece, a literatura pode oferecer” (Evaristo, 2020).

Na recepção literária e nos estudos que tomam esse tipo de produção como fonte ou interlocução, é rotineira a aceção de que a literatura produzida por agentes marginalizados seja principalmente um registro, algo como um retrato fiel da realidade

imediatamente, uma mera transposição da experiência vivida para o formato de texto – e não um processo que envolve criação, imaginação e estilo (Miranda, 2019, p. 194). Essa percepção recai fortemente sobre as escritoras negras, tendo sido um dos principais vieses de interpretação da obra de Carolina Maria de Jesus, e opera de modo a retornar essas produções e esses sujeitos à condição marginal em relação à literatura da branquitude (Guimarães-Silva; Pilar, 2019, p. 38).

No caso de Conceição Evaristo, sua “escrivência” é, por vezes, notada como uma espécie de autobiografia, visto que o próprio corpo e sua trajetória são declaradamente elementos centrais: “Eu sempre tenho dito que a minha condição de mulher negra marca a minha escrita, de forma consciente inclusive” (Cazes, 2016). Sua fabulação, no entanto, se afasta intencionalmente da biografia, na medida em que é erigida a partir das experiências tanto individuais quanto coletivas da população negra, sendo “Uma narrativa para si (mulher negra) constituída na encruzilhada entre o pessoal-biográfico-autoral e o político-comunitário-social” (Miranda, 2019, p. 192). Trata-se, pois, da reflexão a partir da experiência coletivizante.

As questões trazidas pela produção e pelas reflexões de Conceição Evaristo acerca da legitimidade das vozes subalternizadas podem ser aproximadas a problemáticas que circundam também o campo da história acadêmica. A constatação das limitações de um pensamento histórico erigido a partir de documentações oficiais e registros de grandes feitos dos homens de importância tornou-se unanimidade no campo há algum tempo, ainda que não tenha necessariamente conduzido a soluções precisas (Pesavento, 1995). A Escola dos *Annales* e principalmente a corrente inglesa que desponta desde a década de 1960 atentaram para a necessidade da construção de uma “história vista de baixo para cima”, que colocasse em primeiro plano agentes como o campesinato, as classes trabalhadoras ou a população “comum”, em detrimento da proeminência histórica conferida a reis e generais, como propõe E. P. Thompson (1987).

Aos “comuns” podemos associar os “vencidos”, no termo de Walter Benjamin (2020), para quem era imprescindível que fosse criada uma história que se desfizesse de laços de aproximação com os “vencedores”, de acordo com suas teses *Sobre o conceito de história*, concebidas originalmente em 1940. Seria essa a operação central na produção da “história a contrapelo”, oposta do historicismo alemão, construído sobre um eterno panteão das classes dominantes e seus heróis. Quase contemporaneamente, Antonio Gramsci (2002), em alguns de seus *Cadernos do cárcere*, desenvolve o conceito de “grupos sociais subalternos”, também articulado à teoria marxista, que englobaria todos os oprimidos ou marginalizados na história da civilização moderna. A partir da década de 1980, a noção é retomada e ressignificada pelo grupo de intelectuais e pesquisadoras e pesquisadores indianos *Subaltern Studies*, sinalizando novas rupturas epistemológicas e historiográficas, não apenas na relação entre opressores e

oprimidos, mas também a partir do paradigma pós-colonial de reordenamento geopolítico da produção de conhecimento (Chakrabarty, 2020; Spivak, 2010).

No Brasil, muitos foram os caminhos conjugados a esses desenvolvimentos historiográficos, dos quais chamo a atenção para o uso de termos como “desclassificados” (Souza, 2004), no contexto do passado colonial, e para a inauguração e ampliação de tradições de pesquisa de história social e econômica centradas nas mulheres, nos escravizados, nos indígenas e nos trabalhadores. Poderia me alongar na sistematização dessa produção, no entanto os parcos apontamentos apresentados têm como objetivo lançar o olhar sobre um elemento comum a esse conjunto de debates e definições, desenvolvidos ao longo do século XX e até o presente, qual seja, a necessidade de transformação metodológica da prática de pesquisa e erudição.

Ao buscar o cotidiano das mulheres da cidade de São Paulo oitocentista, Maria Odila Dias (1984, p. 32) depara-se com as “limitações das fontes escritas”, que pouco ou nada forneciam acerca das vozes, das redes de vizinhança e dos trânsitos delas por ruas, praças, margens de rios e chafarizes do tecido urbano. Essas personagens e seus territórios são entrevistados na documentação apenas “de forma necessariamente tangencial e indireta” (Dias, 1984, p. 32), surgindo em retalhos e fragmentos, para os quais não raro faltam meios de ligação. Muitas vezes, aparecem pontualmente em momentos de conflito direto com agentes da municipalidade e nunca mais retornam às tintas dos registros oficiais, deixando perguntas não respondidas e continuidades desfeitas.

A lógica de desqualificação social de um determinado momento histórico é a mesma que orchestra a produção e salvaguarda de seus documentos, relegando essas populações – “de baixo”, “comuns”, “vencidas”, “subalternas”, “desclassificadas” ou simplesmente marginalizadas – a uma segunda e perpétua violência: o apagamento em fontes, acervos, museus e instituições de pesquisa. A esse fenômeno e suas consequências limitadoras na produção historiográfica, Saidiya Hartman (2021, p. 118) dá o nome de “violência do arquivo”, nos termos da tradução de seu artigo “Vênus em dois atos”. Nele, a historiadora enfrenta e questiona os silêncios e fragmentos dos registros produzidos durante a escravidão e até hoje conservados como detentores do potencial de criação de história: “A História se compromete a ser fiel aos limites do fato, da evidência e do arquivo, ainda que tais certezas mortas sejam produzidas pelo terror” (Hartman, 2021, p. 25).

## **CONCEIÇÃO EVARISTO E O TERRITÓRIO A PARTIR DO OLHAR “NÃO ESTRANGEIRO”**

No campo da história da arquitetura, do urbanismo e da cidade, chamo a atenção para o paradigma epistemológico da modernidade eurocentrada que informa o sistema de categorias e classificações que opera na mesma lógica de violência arquivística, apagamento e subalternização. Isso é flagrante no uso, sem a devida crítica, de

terminologias como “popular”, “irregular”, “informal”, “folclórica”, “atrasada” e afins, que tornam certas construções e territórios meros apêndices do desenvolvimento do campo profissional, teórico e historiográfico da arquitetura. Tais materialidades e lugares são, então, encarados como marginais, anomalias, exemplares lacunares, empobrecidos ou distorcidos daquilo que é propriamente pertencente ao campo. O mesmo se desdobra nos estudos das cidades, marcadamente em oposições como aquela entre “cidade formal” e “cidade informal” e nas demais dicotomias modernas com as quais esses estudos operam.

Desafiando essas condições, estão as guinadas que vêm acontecendo nas últimas décadas na produção acadêmica no campo, em especial as produções, as disciplinas e os projetos de pesquisa e extensão que trabalham a partir: da definição de categorias para análise histórica das cidades derivadas de outras matrizes de saber e de percepção; e da articulação direta com os agentes produtores das territorialidades e materialidades subalternizadas e ausentes da história hegemônica da arquitetura e das cidades.<sup>1</sup> Em comum, esses trabalhos coletivos têm a associação direta com quilombolas, aldeias indígenas, comunidades tradicionais, grupos religiosos de matriz afro-brasileira e outros, no que se destaca a relação entre a compreensão das cosmo percepções dessas populações e as formas e ordenações de sua materialidade e territorialidade. Seus procedimentos metodológicos desafiam a “máscara” colonial-moderna que expropria esses grupos de sua legitimidade social, cultural e epistemológica – mobilizando aqui as formulações de Grada Kilomba (2019) a partir da imagem da escravizada Anastácia.

Essas pesquisas e extroversões frequentemente rechaçam os sistemas classificatórios próprios da modernidade – e, portanto, seus silenciamentos –, que ordenam todas as populações existentes e suas produções, do passado ou do presente, no desenho de uma única família evolutiva, em cujo ápice estaria a cultura branca, heteropatriarcal, católica e eurocentrada, delineada a partir do final do século XVIII (McClintock, 2010). São movimentos de diálogo, disputa e demanda entre o meio acadêmico e agentes externos, que resultam em ações diretas nos territórios e na construção de atuações e historiografias desafiadoras do campo hegemônico.

---

<sup>1</sup> Na impossibilidade de dedicar aqui destaque suficiente e merecido, limito-me a enumerar alguns coletivos, cujas produções e atuações trabalham da maneira indicada: EtniCidades – grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo (Fábio Macêdo Velame, Maria Tereza do Espírito Santo e Maria Estela Rocha Ramos, Ufba), Tecnoíndia – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Indígenas (José Afonso Botura Portocarrero e Maria Fátima Roberto Machado, UFMT), Maloca – Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul (Andréia Moassab, Unila) e Des-Embranquecendo a Cidade (organizado pela Coletiva Terra Preta e que reúne Gabriela Leandro Pereira, Natália Alves da Silva, Maria Luiza de Barros Rodrigues, Emmily Leandro Castro e Luciana da Silva Mayrink, pesquisadoras vinculadas, respectivamente, à Ufba, UFGM, Ufes, USP e UFRJ). Sobre todos há importante produção e abundantes referências, que podem ser acessadas por meio de seus canais e repositórios virtuais.

Tais operações dialogam com as proposições de Conceição Evaristo, bem como com sua produção literária. Uma breve análise de suas obras permite sugerir como contribuem para os atuais movimentos insurgentes no campo da história da arquitetura e das cidades. No romance *Ponciá Vicêncio*, que Evaristo começa a escrever na década de 1990 e publica finalmente em 2003, a trama se desenvolve entre a Vila Vicêncio – uma pequena povoação rural cuja origem remonta à existência de uma fazenda monocultora, escravocrata, comandada pela família branca proprietária homônima – e os deslocamentos das personagens à cidade e na cidade.

A narradora onisciente coloca essa relação territorial em tensão em muitos momentos, inclusive do ponto de vista epistemológico. É o que fica sugerido no trecho que diz: “As casas das terras dos negros, *para o olhar estrangeiro*, eram aparentemente iguais” (Evaristo, 2003, p. 51, grifo nosso) – e, na sequência, ela descreve sinteticamente a materialidade, a domesticidade, as relações familiares e os hábitos, especialmente relacionados à produção de víveres e à alimentação. A parte destacada posiciona a origem do olhar que entende como homogêneas as casas do povoado: estrangeiro aos negros e à ruralidade. A narradora, portanto, dialoga com esse “olhar estrangeiro” – da branquitude<sup>2</sup> urbana –, que subtrai as subjetividades e individualidades da população local. Ao mesmo tempo, ela convoca a percepção à particularidade e à experiência dos negros – mais declaradamente das mulheres negras.

Outro aspecto marcante é a estreita relação entre campo e cidade, sendo impossível compreender um sem o outro, sendo o meio urbano um lugar do qual emana considerável controle. A cidade é um lugar de imprevisibilidade e, ao mesmo tempo, um destino incontornável. Durante o desenrolar da trama e das memórias que ligam passado e presente, é possível localizar as forças que dão à cidade tal condição, como se nota no trecho iniciado pela frase: “Maria Vicêncio sabia que, por mais que relutasse, um dia a cidade também faria parte de sua travessia” (Evaristo, 2003, p. 90).

O romance passeia pelos vetores que produzem esse destino incontornável, transitando entre ou articulando as subjetividades das personagens e os contextos históricos, na medida em que a trama familiar que é central ao enredo é imbricada na terra, nos processos de expropriação que a população negra rural vai sofrendo após a Abolição, no caminhar das forças econômicas em direção à cidade e assim por diante. Assim, são as experiências, vivências e memórias da família que qualificam a gênese da urbanidade, que se tornaria a partir de então condição hegemônica para a população

---

2 Importante ressaltar que o termo “branquitude” se refere a um reconhecimento social e político, e não necessariamente ao fenótipo caucasiano. Ou seja, ele opera como reconhecimento de uma estrutura de poder, fortemente hierarquizada, em que os indivíduos e grupos são posicionados, produzindo e reproduzindo privilégios e desigualdades.

brasileira – e não os planos, projetos e traçados modernizadores que vão sendo riscados desde a segunda metade do século XIX nas maiores cidades brasileiras.

As águas desempenham também papel particular na relação das personagens com o território, para além das igualmente presentes funções mais práticas de irrigação, consumo e outras. Um elemento central e constante da trama são as figuras de barro feitas à margem do rio. No deslocamento para a cidade, Ponciá leva uma dessas bonecas consigo, transladando o universo rural para as percepções do urbano e marcando as continuidades entre esses lugares. Outras figuras, feitas por ela e por sua mãe, vão aparecer numa “exposição de arte *popular*” (Evaristo, 2003, p. 89, grifo nosso) num museu da cidade, tensionando mais uma vez as relações entre campo e cidade, dessa vez em torno da questão da autoria e da propriedade. Numa espécie de paralelo entre as terras e as figuras de barro, deparamo-nos com a interrogação sobre a posse jurídica da terra em relação às mãos e aos corpos que fazem dela o que é em termos económicos.

As figuras de barro expostas são identificadas como de autoria de Maria e Ponciá Vicêncio, mãe e filha, e como de propriedade de um Dr. Aristeu Pena Fortes Soares Vicêncio – lembrando aqui que a adoção do sobrenome Vicêncio, para essa família negra trabalhadora da vila, é parte dos costumes da escravidão que, ao mesmo tempo, aproximam e devidamente afastam brancos e negros, senhores e escravizados. Luandi, filho e irmão das duas, ao ler essa informação de propriedade se pergunta quem era esse Dr. Aristeu. Ainda que lhe fosse impossível individualizar esse homem, ele associa-o aos “tantos os brancos parentes e mandantes das terras do povoado. Todos donos. Alguns mais, outros menos, mas sempre tinham alguma coisa, ali na terra ou fora” (Evaristo, 2003, p. 90). Portanto, aquela terra, tão “sua” – removida e trabalhada por sua família e outras famílias negras, onde passava aquele rio, de onde sua mãe e irmã tiravam aquele barro, com o qual produziam aquelas figuras que davam tanto sentido e pertencimento às vidas de todas e todos –, era a mesma terra na qual suas vidas eram impraticáveis diante das forças do mando e do poder local, vertido das mãos dos brancos, o que vai levando a família, em movimentos sempre incompletos, à cidade.

Ao voltar-se para o espaço urbano, são recorrentes as nomeações das ocupações desempenhadas pela população em êxodo do campo. Com as frequentes pontuações dos empregos desses homens e mulheres, Evaristo desenha uma rede de lugares na cidade que canalizavam esses corpos e forças e, mais do que isso, sedimenta um panorama dentro do qual tais corpos e forças sustentam a produção da materialidade e do modo de vida mais urbano e moderno que então havia. Portanto, recolher os apontamentos das ocupações nos permite virar o bastidor e ver o verso do bordado cujos pontos configuram aquele desenho tão bonito de cidade – o que nos remete à “economia do desgaste dos corpos racializados”, tal como conceitua Françoise Vergès (2020,

p. 125-134). Para certos corpos, de origens, classes e fenótipos específicos, a extenuação física é não apenas aceitável como essencial para a manutenção do modo de vida burguês e urbano, do qual apenas outros grupos desfrutam plenamente. Essa temática é ainda mais presente em *Becos da memória*, lançado pouco depois de *Ponciá Vicêncio*, em 2006, mas também produzida muito antes, começando na década de 1980.

Nessa obra, Evaristo opera de maneira ainda mais declarada e intencional o entremeio da memória e da fabulação com a materialidade e a territorialidade como elementos centrais da narrativa, como o próprio título sugere. O enredo relaciona-se diretamente com sua infância e juventude, em meados do século XX, na favela do Pindura Saia, hoje demolida. O próprio processo de “desfavelização” da comunidade é fio condutor preponderante da trama, do qual apreendemos tanto o andamento das obras e dos movimentos da administração pública como as ansiedades, as tristezas e os desencantamentos que rondam a subjetividade das personagens que vivenciam tais acontecimentos.

Em *Becos da memória*, é ainda mais enfática a questão das ocupações desempenhadas pelos migrantes, o que nos permite expandir a rede de lugares e trabalhos conformados por aquelas e aqueles evadidos do campo, que se integram à cidade formal na condição de “corpos exaustos” – também termos de Françoise Vergès (2020). Entre construção civil, fábrica, padaria e serviço doméstico, delinea-se o tecido que recebe e dá sustentação à constituição do moderno, do propriamente urbano, vivido ou almejado pela branquitude – que pouco aparece.

As águas possuem presença central e organizadora, detidamente pelas torneiras, essenciais às tarefas básicas e cotidianas de reprodução, mas também ao trabalho das mulheres negras como lavadeiras, uma atividade marcante do funcionamento e da paisagem das cidades brasileiras desde o período colonial. As torneiras – que, aliás, são elemento preponderante também nas memórias de sua quase contemporânea Carolina Maria de Jesus, sobre as favelas em que viveu ou das quais escapou – são ordenadoras da experiência e das relações sociais na favela. E são ainda uma espécie de interface entre a população desse território – dos “becos” – e o governo. A todo momento, por meio desses elementos – “torneira de cima”, “torneira de baixo”, “torneirão” (Evaristo, 2006, p. 152) –, existe um diálogo silencioso entre esses dois agentes – a população subalternizada e o poder público –, quase sem que esse precise ganhar rosto, corpo, nome, personalidade, individualidade ou presença física na favela. A existência ou a destruição de uma torneira, a quantidade de água que dela pinga, sua posição no território: esses aspectos fazem as vezes de palavras no diálogo tácito e encoberto, dando contorno para a relação entre as partes, para as expectativas da população em relação ao poder público e para a própria compreensão de direitos e contravenções.

Outro aspecto de monta é a rede de relações, majoritariamente sustentada por mulheres negras, ainda que receba e incorpore homens voláteis ou que operaram silenciamentos das próprias memórias e experiências (como o caso de Tio Totó e Negro Alírio). Na narrativa, as redes de relação ou vizinhança ganham sentidos, afetividades e também desenhos, trajetos, definições volumétricas, posições. As formas das habitações – que “para o olhar estrangeiro” poderiam ser todas descritas genericamente como “precárias” – são detalhadas e definidas a partir desses vínculos entre materialidade e afetividade e, assim, vão ganhando significados que extrapolam a lógica categorizadora científica da cidade, a partir da qual essas construções são classificadas apenas pela ausência em relação aos elementos materiais da cidade formal. Um exemplo desse expediente, talvez o mais marcante, refere-se à aproximação de Maria-Nova em relação à mulher com quem Vó Rita “dormia embolada” (Evaristo, 2006, p. 15), vencendo o asco que permeava constantemente sua percepção sobre essa “Outra”, de dúvida relação com sua avó:

Vó Rita veio abrir o portão e não demonstrou surpresa alguma. Parece que ela esperava a visita da menina, embora houvesse anos que ela e a Outra não eram visitadas por ninguém. Abriu o portão despencado e mais uma tábua caiu no chão. Maria-Nova deu o passo seguinte e quando se percebeu no bequinho escuro, entre a parede e o barranco, ficou feliz consigo mesma. Sentiu-se como se estivesse ultrapassando o próprio limite da vida sem, contudo, morrer (Evaristo, 2006, p. 180).

De certa forma, é como se Conceição Evaristo levasse a cabo o que é apenas indicado em *Ponciá Vicêncio*, isto é, descrever ou significar as casas da população negra para além do olhar “estrangeiro”, das nomenclaturas coloniais, dos termos da branquitude, e sim por meio daquilo que as singulariza, marcadamente os afetos e seus sentidos sobre e em relação à materialidade.

Levando esse argumento mais adiante, é possível dizer que a maneira como Evaristo ergue significados para os lugares e as construções – articulando materialidade, movimento, afetividade, relações – poderia ser realizada também para aquilo que se chamaria de formas urbanas. O olhar autóctone, “não estrangeiro”, vê a favela com e a partir de tipologias que não são as mesmas das quais o “estrangeiro” dispõe. A percepção “não estrangeira” erige ordenamento próprio do território, a partir de significados particulares, que vão muito além e, em verdade, desafiam a compreensão moderna, dicotômica e hierarquizada, feita em termos de centro e periferia, núcleo e margem, regular e irregular.

O último ponto que ora elenco sobre a obra é a existência de uma única aparição efetiva da cidade “regular” – no caso, a cidade contida nos traços do plano de fundação de Belo Horizonte, do final do século XIX. A cidade “formal” é mencionada em outras passagens, por meio das relações de trabalho das personagens e pela ótica da criminalidade, mas não propriamente como materialidade e lugar. É apenas em uma passagem que a pessoa leitora pode vislumbrar a existência viva dessa cidade, em que “lá na praça, rapazes alegres, bem vestidos, brincavam, conversavam. Eram tidos como jovens contestadores, estudantes, intelectuais” (Evaristo, 2006, p. 157). E o estranhamento que essa passagem causa na narrativa, até então e depois disso completamente imersa nos becos, barracos, buracos e torneiras da favela, funciona como um destaque às avessas, algo que evidencia a subversão operada na narrativa, em que centro e margem reposicionam-se na hierarquia epistêmica. E é dentro de tal deslocamento que ganha preponderância discursiva a agência dos subalternizados, suas subjetividades e suas experiências – deslocando igualmente os valores segundo os quais se passa a perceber a cidade. O reposicionamento de “centro” e “margem”, nesse contexto, movimenta consigo as categorias de análise e compreensão dos territórios e os lugares desde os quais são produzidas.

### **EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA: “ESCREVIVER” AS CIDADES**

Em atividades didáticas recentes, com estudantes cursando o quinto semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo em faculdade privada de São Paulo (capital), foi possível experienciar algumas dessas propostas, a partir da noção de “escrevivência” e da obra literária de Conceição Evaristo. A turma, dividida em grupos de 4 a 5 estudantes, foi convidada a definir recortes de investigação, predominantemente dentro da cidade de São Paulo, que deveriam articular território e grupo social, tendo como aspecto central algum deslocamento populacional relacionado à formação dessas áreas. Dos trabalhos apresentados, discuto a seguir quatro grupos, a serem nomeados numericamente, cujos recortes foram: 1. população transgênera na região da República (centro); 2. imigração indiana, a partir de sua presença religiosa e comercial em Pinheiros e Vila Madalena (zona oeste); 3. gerações diversas de imigrantes japoneses, mormente sediados em regiões de cultivo agrícola dentro e no entorno da cidade; e 4. indígenas Guarani, habitantes das aldeias localizadas na Terra Indígena Jaraguá (região noroeste).

Note-se que, ainda que tenham se articulado a grupos marginalizados, nenhum dos coletivos trabalhou com populações negras ou regiões que poderiam ser descritas como território negro. Ainda assim, seus processos de investigação e as produções textuais decorrentes alinharam-se à proposta derivada dos debates acerca da “escrevivência”, isto é, os grupos trabalharam a partir do reconhecimento da legitimidade das falas de populações subalternizadas em relação a suas subjetividades e aos territórios

que constroem, habitam e nos quais circulam.<sup>3</sup> Foi central a observação de preceitos metodológicos que garantissem esse pressuposto:

A exemplo de Evaristo, podemos afirmar que ao pesquisador cabe o lugar da facilitação para que o sujeito pesquisado que é socialmente marginalizado consiga emergir na ordem do discurso e instituir as memórias de si. Isto é, o pesquisador é uma ponte para a aparição do sujeito pesquisado na cena pública. Ele viabiliza as enunciações dos sujeitos pesquisados para que essas substituam as imagens e discursos externamente definidos e estereotipados (Guimarães-Silva; Pilar, 2019, p. 48).

Essa preocupação associa-se à “escrevivência”, à medida que reposiciona os sujeitos e reconstrói a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a, tal como vem sendo discutido no campo da história pública. Destaco a ideia de “autoridade compartilhada”, desenvolvida por Michael Frisch (1990), segundo a qual a produção da história oral sobre e com grupos marginalizados é compreendida como colaborativa. Ou seja, as entrevistas e os contatos entre quem pesquisa e seus interlocutores não são meras confirmações de dados com vistas ao fortalecimento da importância da documentação escrita ou visual, e sim elementos centrais e indispensáveis na construção de histórias que, de outra forma, não seriam possíveis de existir, dada a própria condição de desclassificação desses grupos e sua quase ausência nos arquivos formais.

Para Conceição Evaristo, a “escrevivência”, enquanto potencial metodológico, extrapola a produção literária e passa a configurar-se como “uma episteme nascida de experiência negra” (Guzzo, 2021). Em relação ao campo da história, opera verdadeira insurgência:

A história não é história, são histórias. Até então, o que a gente tem são histórias. Se pensar na História ciência, nós temos histórias escritas a partir das categorias sociais hegemônicas, e as histórias que não nascem nesses espaços sociais são obliteradas. A importância de contar essas histórias é porque causa uma reviravolta. Essas histórias não só contestam essa história que está aí escrita, como apresenta [sic] fatos novos que foram esquecidos por alguns motivos (Guzzo, 2021).

---

3 Seria possível e desejável alongar esse debate a partir de referências como as propostas por: Maria Aparecida Bento (2002), acerca do “pacto narcísico da branquitude”; Rita Segato (2012) e a ideia da “antropologia por demanda”; e Anibal Quijano (2005), por meio da “colonialidade do saber”. Essas e outras discussões rebatem-se na prática de pesquisa científica desde o meio acadêmico tradicional (histórica e socialmente branco), especialmente no que tange a suas relações com grupos subalternizados e às desigualdades de poder e legitimidade de discurso entre esses agentes.

O grupo 1 definiu seu recorte justamente a partir de “esquecimentos”: ao recolherem a informação de que ao lado do prédio da faculdade existiu um casarão que havia sido local de referência de moradia para travestis décadas atrás, as/os estudantes buscaram recuperar a memória desses acontecimentos, das pessoas envolvidas e da materialidade da edificação. Além do apagamento material, ficou patente o silenciamento histórico, tendo em vista a ausência de referências ao casarão na bibliografia especializada. A região da República, central na cidade de São Paulo, continua sendo área marcada pela presença desses contingentes populacionais, o que motivou o grupo a procurar interlocutoras dentro desse perímetro.

Após longo debate nas orientações e diversas tentativas de recorrer à bibliografia para fundamentar as hipóteses de trabalho, alunas e alunos foram a campo, realizaram os primeiros contatos e marcaram entrevistas com duas mulheres transvestigêneres. Ambas vieram de fora da cidade – uma do Nordeste e outra do interior do estado de São Paulo – e buscavam esse território com desejos de pertencimento. Nesse trajeto, são colocadas em primeiro plano as imagens e vivências relacionadas às regiões consideradas rurais e urbanas, com maior ou menor abertura para as possibilidades de sobrevivência e experiência de populações marginalizadas. De maneira semelhante, o dia e a noite são entendidos como lugares diferentes, funcionando na mesma materialidade, mas promovendo oportunidades e acolhimentos distintos. Tais percepções são construídas e compartilhadas – quase exclusivamente apenas – por essas pessoas e suas redes.

Enquanto o apagamento foi elemento central da pesquisa para o grupo 1, o grupo 2 precisou equacionar outra dinâmica, territorial e social, de jogo e estratégia entre a promoção e o refúgio, ao ingressarem em uma rede de estabelecimentos religiosos e comerciais da cultura indiana. O templo, as lojas e o restaurante visitados localizam-se em bairro nobre de São Paulo, o que facilitou o acesso das/os estudantes, também moradores dessa região. Foram feitas diversas visitas, dois almoços (um em restaurante e outro no templo, como parte de celebração semanal aberta ao público, que acontece aos domingos) e algumas conversas, ora estruturadas, ora espontâneas.

Para todos os estabelecimentos, a presença em área nobre era condizente com o público que buscavam acessar – pessoas adeptas do veganismo ou vegetarianismo e com interesse por práticas espirituais não ocidentais. Entretanto, após alguns encontros, o grupo tomou conhecimento de que, no templo, não havia participação de pessoas de origem indiana. Apenas o restaurante era comandado por membros de famílias imigrantes, cujas residências localizavam-se bem longe dali, no Brás, bairro da região central, caracterizado por grandes redes de recepção de estrangeiros, de origens diversas, que mormente se empregam em pequenas confecções e comércios de vestuário. São vários os casos reportados de trabalho análogo à escravidão nesses

estabelecimentos, tendo em vista a precariedade a que muitas dessas pessoas estão submetidas em relação à sua permanência legal no país.

O grupo precisou de algum tempo de aprofundamento nos contatos e nas entrevistas até finalmente conhecer esses movimentos territoriais de visibilidade: a rede que originalmente supuseram haver entre os vários estabelecimentos de cultura indiana em Pinheiros era, na prática, inexistente; enquanto isso, a rede de vizinhança e recepção efetiva localizava-se em região mais pobre e era mediada pela presença histórica de grupos de variadas origens, todos compartilhando a condição imigrante.

Outro aspecto marcante nas reflexões realizadas foi o reconhecimento da pessoa pesquisadora como elemento central na dinâmica da pesquisa em história oral. O fato de serem todas e todos jovens brancas/brancos, de classe média alta e alta, permitiu a essas/esses estudantes rápido acolhimento nos estabelecimentos acessados, uma vez que eram justamente parte do público desejado. No entanto, essa facilidade marcava também os limites das falas das pessoas interlocutoras, isto é, o grupo recebeu um discurso que muitas vezes aparentava ser previamente elaborado, voltado para a apresentação pública – o que nem sempre permitia aprofundar os temas de interesse da pesquisa.

Essas preocupações foram essenciais também ao grupo 3, cujo recorte de investigação foi definido a partir da trajetória familiar de uma das integrantes, cuja família originou-se no Japão e chegou ao Brasil, em gerações distintas, ao longo do século XX. A rede territorial em questão expandia-se para além dos limites da cidade de São Paulo, incluindo municípios adjacentes, nos quais imigrantes japoneses constituíram fazendas de produtos alimentícios, comercializados na capital, a partir do oferecimento de subsídios estatais e redes de acolhimento formais e informais.

O franco acesso à própria família, incluindo membros idosos, com pouco domínio do português, tornou a pesquisa rica, porém intrincada. Parte das entrevistas foi realizada com a presença de vários familiares, que traduziam simultaneamente algumas das falas em japonês. De comum acordo, estabelecemos nas orientações que as alunas não precisariam traduzir a totalidade dos trechos em japonês, priorizando o uso do tempo para o cumprimento integral das etapas de trabalho propostas no enunciado. Dessa maneira, apesar da proximidade facilitadora, o grupo acabou por abrir mão de parte das elaborações realizadas pelos sujeitos da pesquisa, para os quais o acesso exigiria maior preparo.

Ainda assim, com as interlocuções e os materiais complementares (principalmente, fotografias), as estudantes puderam reconhecer como os trânsitos e as subjetividades envolvidas nos sucessivos deslocamentos dessa rede em direção ao Brasil configuram um panorama significativamente mais complexo do que aquele oferecido em livros didáticos ou mesmo em certas produções do meio acadêmico, ou seja, nos discursos comumente reproduzidos e disponíveis sobre esse tema. A principal reflexão

nesse sentido deu-se a partir da percepção do senso coletivo das memórias de imigrantes, algo que nos aproxima da “escrevivência” como “construção de uma narrativa para a própria vida a partir da organização de fragmentos perdidos de histórias que são suas e também são pregressas, coletivas, históricas” (Miranda, 2019, p. 192).

O grupo 4, por sua vez, optou pelo recorte das aldeias existentes na Terra Indígena Jaraguá, nas quais residem dois atuais estudantes da faculdade. Essa condição foi central para o desenvolvimento do trabalho, tal como planejado, pois a questão de pesquisa escolhida era a relação entre as aldeias e o restante da cidade, especialmente a região central, onde se localiza a instituição. Para o grupo, interessavam as percepções advindas desse trânsito cotidiano dos estudantes Guarani entre suas casas e a faculdade.

A partir do reconhecimento das diferenças de sentidos dados ao território entre o grupo – formado por estudantes brancos, de classes média e alta – e os indígenas, teceu-se uma interlocução sobre usos e significados das terras e do que podemos chamar de elementos naturais, dentro da perspectiva colonial moderna. Um dos indígenas entrevistados fez longa explicação sobre a relevância de falar com os espíritos das matas e com as abelhas para compreender o território, mover-se por ele e ordenar a vida material e espiritual. Foi indispensável ao sucesso da entrevista a preparação dos pesquisadores no sentido de não buscarem “traduções” da cosmopercepção dos Guarani para a sua, e sim de mediarem a possibilidade de que os interlocutores elaborassem a partir de e sobre as próprias lógicas territoriais.

Em todos os trabalhos, foi colocada em questão a relação entre pesquisadoras/es e agentes de interlocução, na tentativa de retirá-los da condição de “objetos de estudo”, medidos e analisados de forma externa, “estrangeira”, a partir dos contextos de origem de quem realizava a pesquisa. Em vez disso, os grupos buscaram na oralidade, na presença corporal e nas narrativas dessas pessoas o material com o qual suas hipóteses e questionamentos dialogariam. A título de exercício, as equipes foram encorajadas a minimizar as bibliografias de referência, quando existissem, dando ênfase aos procedimentos metodológicos referentes às vozes interlocutoras, a saber, estruturação das entrevistas, negociação dos locais de realização e promoção de uma escuta crítica e atenta, por meio da qual as sínteses finais fossem majoritariamente construídas a partir do compartilhamento das questões de estudo. Em todos os trabalhos, foi possível observar esse atravessamento das falas sobre as questões originalmente formuladas, reconstruindo noções sobre as territorialidades e os grupos sociais, para além daquelas previamente formuladas e reproduzidas a partir da colonialidade e da branquitude.

## **CONCLUSÕES PARCIAIS: AS “MARGENS” NO “CENTRO”**

O diálogo entre a noção de “escrevivência” e as práticas de pesquisa no campo da arquitetura e das cidades permite iluminar elementos para uma escrita da história que

promove diretamente a subversão da subalternização. São muitos os pontos abordados nesse sentido: a redefinição das vozes legítimas e do significado da escuta entre quem pesquisa e quem é pesquisada/o; o peso da oralidade em relação à documentação oficial, seja escrita, iconográfica, cartográfica ou estatística; os sentidos da subjetividade em relação ao material e ao território; e quais são e como são construídas as categorias que organizam o conhecimento sobre as cidades. Mesmo que originalmente externo ao campo disciplinar da história, o conceito de “escrevivência” é formulado e praticado por Conceição Evaristo de maneira declaradamente atenta a ele, entendido como lugar de produção e reprodução de poder.

Em termos de conteúdo, as aproximações vistas nos trabalhos discentes alinham-se a algumas das questões encontradas na obra literária de Evaristo, tais como: o reposicionamento das “margens” e do “centro”; a construção de redes de vizinhança e relação; e a articulação intrínseca entre o meio rural e as cidades. Mais do que isso, a “escrevivência” como diálogo metodológico fornece sugestões de caminhos para aprofundar essas hipóteses e compreensões, redefinindo sujeitos e a própria noção de autoria individual na produção historiográfica.

Tais aspectos contribuem para as possibilidades de elaboração de um campo da história das cidades alinhado à “história vista de baixo para cima” e da compreensão da centralidade da racialização na formação das cidades brasileiras, como vem sendo feito pelos movimentos e pelas produções que criticam a adoção exclusiva da racionalidade ocidental e buscam compreender as cosmo percepções de grupos subalternizados que organizam suas relações com o território e os lugares. Terreiros (Velame, 2014), quintais (Souza; Souza; Cunha Jr., 2020), favelas, bairros (Ramos, 2013; Cunha Jr., 2020), elementos naturais (Silva, 2017), “pequenas Áfricas” (Kaçula, 2020) e a casa da Tia Ciata (Moura, 1995; Mayrink; Castro, 2020) surgem não como reminiscências ou lugares a serem convertidos à modernização, e sim em análises e histórias pertinentes à formação e vivência dessas territorialidades, de modo a subverter seus silenciamentos. A “cidade formal” deixa de ser o referencial principal de análise, dando visibilidade às noções erigidas a *partir dos* territórios e suas populações e não *sobre* eles.

Um ponto central para propostas teórico-metodológicas e historiográficas dessa natureza é justamente erigir nomenclaturas, léxicos e conceituações que as afastem da colonialidade do saber (Quijano, 2005) e das epistemologias da branquitude. Assim, “escrever” a história das cidades é uma maneira de colocar em primeiro plano as percepções e subjetividades da população subalternizada, possibilitando apreender as próprias territorialidades e, com elas, analisar e historiar lugares, bairros, construções.

Considerando as questões iniciais deste artigo – acerca da busca pelos “comuns”, pelos “subalternizados” e por maneiras de construir histórias deles, que os levem em consideração ou produzidas por eles –, parece-me possível e desejável “escrever” a

história das cidades, dos bairros, dos territórios, dos lugares, das construções e das naturezas. Ou seja, trabalhar memórias, afetividades, subjetividades, experiência e agência em diálogo com as fontes documentais e a própria materialidade. Menos do que incorporar a literatura ao rol das novas fontes – expediente certamente também enriquecedor –, trata-se aqui de criar interlocuções com os processos de criação literária, a partir de interrogações, tais como: quais elementos são mobilizados na construção narrativa, de que maneira esses elementos articulam-se, quais e como são as relações das subalternidades com o “formal”, o “oficial”. O próprio lugar onde se desenrola a trama de *Becos da memória* – uma favela em vias de desmonte pela oficialidade – é rotineiramente presente em documentação oficial na condição de ausência, lacuna, crime, irregularidade ou inadequação. Mormente, como um problema a ser sanado – e não como um lugar legitimamente produzido e vivido, com historicidade própria, tal como aparece na fabulação.

O diálogo com a produção das trajetórias e dos enredos dessa literatura, como visto, realiza um deslocamento do “centro” – aqui tanto entendido de maneira conceitual como mesmo material, territorial. Mais do que problematizar a centralidade existente ou questioná-la, é possível realizar efetivamente o movimento de produzir uma história das cidades em que ela seja mesmo descaracterizada. Essa operação articula-se também ao reconhecimento da limitação das fontes documentais tradicionais, do seu sistema de produção, legitimação e salvaguarda, mas avança sobre isso, em direção ao enfrentamento dos significados de poder material, simbólico e epistêmico do “centro”.

Qual compreensão de cidade emerge das possibilidades ora delineadas? Destarte, uma compreensão que se distancia da ideia da cidade como um ponto no espaço – entendido no sentido iluminista, kantiano, abstrato, totalizante e, em alguma medida, colonizador – e uma compreensão que se aproxima da cidade como rede de lugares – da maneira tecida por Evaristo –, ou seja, lugares construídos e vividos a partir dos sentidos das relações entre materialidade, subjetividade e movimento, individual e coletivamente. Vale dizer que também a compreensão cronológica da história das cidades se altera: menos o tempo abstrato, linear, evolutivo – das substituições e modernizações –, e mais o tempo da memória e da experiência, em que o passado se mostra à nossa frente e ao nosso redor – e não “atrás”, como algo superado, constantemente renovado e desaparecido. Essa é uma questão especialmente relevante na percepção das cidades, já que as construções perseveram e realizam, portanto, essa circularidade do tempo constantemente. Em suma, o que se possibilita é a criação de um enquadramento historiográfico que não ecoa o eterno e sedento desejo de renovação – entendida como embranquecimento – da modernidade, mas que prioriza movimentos, tempos cíclicos, conflitos que não se resolvem, afetos e corpos subalternizados, intrínsecos à formação e manutenção das cidades.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*: edição crítica. São Paulo: Alameda, 2020.
- BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.
- CAZES, L. Conceição Evaristo: a literatura como arte da “escrevivência”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/conceicao-evaristo-literatura-como-arte-da-escrevivencia-19682928>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CHAKRABARTY, D. A poscolonialidade e o artifício da história. *Práticas da História*, n. 11, p. 247-277, 2020.
- CUNHA JR., H. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil: disciplina da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 16-27, 2020.
- DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- EVARISTO, C. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- EVARISTO, C. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- EVARISTO, C. Escrevivência. *Canal Leituras Brasileiras*, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FRISCH, M. *A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history*. Albany: The Suny Press, 1990.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- GUIMARÃES-SILVA, P.; PILAR, O. A voz que incomoda a Casa Grande: a escrevivência de Conceição Evaristo e a desobjetificação dos sujeitos pesquisados. *In: FREITAS, V. G. (org.). Intelectuais negras: vozes que ressoam*. Belo Horizonte: PPGCOM, UFMG, 2019. p. 35-53.
- GUZZO, M. Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. *Geledés*, 11 ago. 2021. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/?gclid=Cj0KCQjwsrWZBhC4ARIsAGGUJurbGsyx-9J6Mcg49eCtPOiRHoHr\\_qoiWVyzY4T7ix4uSLc0PcZ79GHYaAlhAEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/?gclid=Cj0KCQjwsrWZBhC4ARIsAGGUJurbGsyx-9J6Mcg49eCtPOiRHoHr_qoiWVyzY4T7ix4uSLc0PcZ79GHYaAlhAEALw_wcB). Acesso em: 22 set. 2022.
- HARTMAN, S. Vênus em dois atos. *In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. Pensamento negro radical*. São Paulo: N-1 edições, 2021. p. 104-129.
- KAÇULA, T. *Casa Verde: uma pequena África paulistana*. São Paulo: LiberArs, 2020.

- KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LE GOFF, J. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MAYRINK, L.; CASTRO, E. L. Presença das “tias do samba” na construção de espaços, encruzilhadas, trincheiras e fronteiras de relações étnicas na cidade negra do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2020, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: UnB, 2020.
- MCCLINTOCK, A. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MEIHY, J. C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MIRANDA, F. R. de. *Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MOURA, R. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1995.
- PATLAGEAN, É. A história do imaginário. In: LE GOFF, J. (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 291-317.
- PEREIRA, G. L. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- PEREIRA, G. L.; PEREIRA, M. L. *O fabuloso inventário das obras do meu avô*. 2022. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1FiOLeAwIGS1ZeBgs9XYE\\_SG\\_oeZJjo-QL/view](https://drive.google.com/file/d/1FiOLeAwIGS1ZeBgs9XYE_SG_oeZJjo-QL/view). Acesso em: 14 ago. 2022.
- PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- ÔRÍ. Produção de Raquel Gerber. São Paulo: 1989. 1 fita de vídeo (93min), VHS, son., color. 93 minutos.
- QUIJANO, A. A colonialidade do saber. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.
- RAMOS, M. E. R. *Bairros negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos*. Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, p. 75-90, set. 1989.

- SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *CES*, n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- SILVA, M. A. *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SOUZA, L. de M. e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- SOUZA, L. de M.; SOUZA, M. A. de; CUNHA JR., H. Quintal de Dona Luiza Souza como parte da inserção da população negra na cidade. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34, p. 238-259, set./nov. 2020.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1-3.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VELAME, F. M. Árvores sagradas regendo arquiteturas: as arquiteturas dos terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix instauradas pela natureza sacralizada. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, 3., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Mackenzie, 2014.
- VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

**Recebido em:** janeiro de 2023.

**Aprovado em:** abril de 2023.